

# AMÉRICA LATINA: EM BUSCA DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Wolney Roberto Carvalho<sup>1</sup>

Félix Pablo Friggeri<sup>2</sup>

## Resumo

Observa-se que até o final do século XX/ início do século XXI o desenvolvimento histórico do sistema capitalista se processou pela integração geográfica dos processos produtivos, composto por zonas centrais, semi-periféricas e periféricas, e isso nada mais é do que a expressão do desenvolvimento capitalista em seu conjunto, o qual se processa de maneira distinta e desigual em cada uma das referidas zonas que compreendem a totalidade dos Estados nacionais nos marcos da economia-mundo capitalista. O desenvolvimento econômico e a criação de empregos converteram-se em sinônimos de progresso, em objetivos a serem alcançados pelos Estados nacionais soberanos, a exemplo dos países centrais da economia-mundo capitalista.

É neste sentido que a própria discussão do desenvolvimento econômico e da integração no âmbito dos Estados nacionais ganha espaço, e a discussão entre centro-periferia como sugerira Furtado, ou mesmo de um capitalismo autônomo ou dependente como observara Florestan, parecem pulsar.

Portanto, o presente artigo buscará discutir - a partir das contribuições da economia política do sistema-mundo - o *status* dos Estados nacionais da América Latina na contemporaneidade, não apenas tendo como meta a superação ou salvaguarda da crise econômica mundial, ou mesmo a reinserção destes Estados num patamar superior dentro da estrutura hierárquica do capitalismo, melhor posicionados dentro da divisão internacional do trabalho, mas acima de tudo, demonstrar que as estratégias do desenvolvimento econômico poderão impossibilitar a integração latino-americana, seu intercâmbio econômico, político, cultural e científico.

## Palavras-chave

Desenvolvimento Econômico; América Latina; Integração Latino-Americana

## 1 INTRODUÇÃO

A crise do capitalismo mundial veio acompanhado do surgimento de novas configurações econômicas, políticas e sociais por todas as partes e, em especial, na América Latina, quando se reestabeleceu o importante debate acerca da autonomia dos Estados nacionais em conduzir as políticas econômicas, bem como as políticas públicas voltadas ao bem estar dos seus povos.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia e Dr. em Sociologia Política (UFSC). Professor do curso de Ciências Econômicas da UNILA.

<sup>2</sup> Dr. em Ciências Sociais e Diretor do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da UNILA.

Constata-se nesse momento, que a proposta neoliberal de implantação de um “Estado mínimo”, ancorada na tese do livre mercado, da livre circulação de mercadorias e capitais, já não poderia promover o desenvolvimento econômico e o bem estar social dos povos latino-americanos como haviam afirmado os arautos do *mainstream economics* três décadas atrás.

É necessário destacar que o próprio desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista trouxera consigo a necessidade da exportação de mercadorias e capitais, e, conforme Bukharin (1984), isto acabou por se refletir numa divisão internacional do trabalho em termos da própria economia mundial, configurada em países com elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas e países com baixo grau de desenvolvimento dessas forças.

Desse modo, a própria discussão do desenvolvimento econômico no âmbito dos Estados nacionais ganha espaço e, a discussão entre centro-periferia como sugerira Furtado (1979), ou mesmo de um capitalismo autônomo ou dependente como observara Florestan (1968), parecem pulsar.

Por outro lado, simultaneamente à retomada desse debate, eis que a própria inserção das economias nacionais latino-americanas no mercado mundial tem se aprofundado.

É nesse sentido que, discutir o *status* dos Estados nacionais da América Latina na contemporaneidade significa não apenas ter como meta a superação ou salvaguarda da crise econômica mundial, ou mesmo a reinserção destes Estados num patamar superior dentro da estrutura hierárquica do capitalismo, melhor posicionados dentro da divisão internacional do trabalho, mas acima de tudo, voltar-se para a busca de um olhar sobre o desenvolvimento econômico que possibilite a integração latino-americana, o intercâmbio cultural e científico.

Nesta direção, a crescente aproximação sul-americana nas últimas 4 décadas tenta retomar a construção de uma unidade econômica e política dentro do sub-continente latino-americano, visando superar as assimetrias econômico-sociais entre os países da região e aprofundar os laços na construção de um mercado comum e até mesmo a união monetária.

Assim é que surgirá segundo Amorin (2009), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o qual teve sua gênese em 1985 com o término gradual das ditaduras militares e refletiu inicialmente uma aproximação política e comercial entre Brasil

(Sarney) e Argentina(Alfonsín). Já em 1988 e 1989 o Uruguai (Sanguinetti) passou a participar dos encontros e de alguns acordos cooperativos.

Mas, será nos anos 90 que de fato aumenta o processo de cooperação - em especial política e econômica - entre esses países. Se o processo de abertura econômica internacional que se estabeleceu nos governos de cunho neoliberal no Brasil (Collor) e Argentina (Menen) fortalecera alguns setores tanto no âmbito da exportação de mercadorias e capitais, quanto no âmbito das possibilidades de modernização através das importações e o ingresso de investimento externo direto, já nas relações comerciais e políticas estabelecidas especificamente entre esses dois países, fora acordado a eliminação tarifária ao longo dos cinco anos seguintes.

Conforme Amorim,

En el mismo comienzo de los años 90, ese proceso se refleja en el Acuerdo de Complementación Económica n 14, que es un acuerdo comercial entre Brasil y Argentina que preve de manera más clara, con tablas y cronogramas, la eliminación de aranceles entre Brasil y Argentina, en un plan bastante ambicioso de cinco años. Vimos después que muchas cosas no pudieron ocurrir como se había previsto. Pero ese voluntarismo, tal vez característico de los políticos de la época, y al mismo tiempo, con una vision de las burocracias de Estado de que era el momento para llevar adelante el objetivo de mayor acercamiento entre Brasil y Argentina, la conjugación de esos factores permitió que realmente comenzase un proceso dinámico e irreversible. Posteriormente, se unió al proceso Uruguay y poco después, Paraguay. (2009,7)

É importante perceber que esses acordos cooperativos se implantam e se tornam importantes, exatamente quando a Iniciativa para as Américas é lançada por Georg Bush pai – presidente dos EUA - no início dos anos 90, o qual buscava estabelecer acordos bilaterais com os países latino-americanos visando à eliminação total – no médio prazo – das tarifas alfandegárias. Como isso não se concretizou em um primeiro momento, apresentou-se no governo Clinton em 1994, a proposta da ALCA. Conforme Sader:

A ALCA trazia na sua propaganda até ali a longa expansão da economia norte-americana – com todas as teorias de que seria um ciclo interminável –, com suas consequências positivas para o México e, com elas, as teses de que o livre comércio e a integração sob a égide de uma economia tão poderosa seriam um caminho seguro de desenvolvimento...

O marco da integração não poderia ser mais favorável para os EUA. Sua economia representava 75% do total do continente – isto é, sozinha, é 3 vezes maior que todos os outros países somados. Sua concretização daria aos EUA um acesso privilegiado a uma imensa área, em detrimento dos outros concorrentes – especialmente a União Européia e os países asiáticos.(SADER, 2002, 37-38)

De todo modo, para Amorim (2009), eis que para além de acordos de cooperação econômico-comercial entre os países do Mercosul em gestação, surge o interesse no estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum depois do Acordo 4 +1 – ocasião na qual os 4 países do futuro Mercosul negociaram pela primeira vez em bloco com os Estados Unidos – e em 1991 com o Tratado de Assunção foi estabelecida a meta de união aduaneira que terá início em 1994 com o Tratado de Ouro Preto, ocasião na qual é fundado o Mercosul.

Vale destacar que, já nesse período, os empresários, detentores dos meios de produção – tanto brasileiros como argentinos, paraguaios e uruguaios –, já se beneficiavam dos tratados comerciais e da própria exportação de mercadorias para a região do emergente bloco econômico; mais do que isso, consideravam o Mercado Comum do Sul em sua etapa de livre comércio, uma realidade.

Todavia, se no final de 1994 fora apresentado a ALCA, de acordo com Amorim (2009), a tentativa de por em prática este acordo no âmbito do Mercosul vigorou fortemente até o final do ano 2002, sendo que seu mote principal centrava-se na redução tarifária para os produtos estadunidenses em torno de 11%. Isso, na prática, poderia provocar uma enorme desindustrialização dos países latino-americanos, pois as tarifas consolidadas – obrigatórias – e juridicamente válidas junto à OMC poderiam chegar a 35% e na prática giravam em torno de 26% a 27%.

Com base em Sader (2002), pode-se dizer que, apesar do governo FHC corroborar com a ALCA ao longo dos anos 90, as crises das economias do sudeste asiático em 1997, russa em 1998, brasileira em 1999 e argentina em 2001, se refletiram fortemente na economia estadunidense, contribuindo para o surgimento da crise dessa última bem como, para um retrocesso na implantação do Acordo de Livre Comércio das Américas.

Após o início do governo Lula em 2003, a atuação do Brasil foi importante para a retomada e o fortalecimento do Mercosul, bem como, da integração da América do Sul. No primeiro caso, segundo Amorim (2009), o Brasil estimulou o reconhecimento e a existência de assimetrias entre os países do Mercosul, as quais, visando aprofundar os laços de integração na região, deveriam ser gradativamente solucionadas. Para tanto, fora criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2004, com participação de 70% do Brasil, 20% da Argentina e 10% do Paraguai e Uruguai, e o objetivo de tal fundo voltara-se para o incentivo de obras de infraestruturas nos países mais assimétricos, em especial Paraguai e Uruguai. Também fora criado em 2005 o

Parlamento do Mercosul (Parlasul), com o intuito de emitir pareceres sobre questões legais de interesse da sociedade civil, bem como estabelecer foros de discussão e com isso acelerar a adaptação dos Estados Partes ao processo de integração regional.

Quanto à integração sul-americana, adaptou-se a Iniciativa para a Integração Regional Sul (IIRSA) à novas prioridades, visando criar uma infraestrutura que conecte o Atlântico ao Pacífico<sup>3</sup> e fortaleça a infraestrutura interna da região, de forma a melhorar a conexão entre os principais mercados, bem como, aumentar o desenvolvimento dos negócios e cadeias produtivas. Isso foi acompanhado de uma série de encontros e acordos de cooperação política e comercial entre os países que resultou na criação da Comunidade Sul-americana de Nações em 2004 e, em 2007 transformada em Unasul.

Segundo Amorim,

Tuvimos unos dos años de discusiones hasta que el año pasado, finalmente, fue concluido el Tratado de la Unasur, incluyendo varias vertientes: la de libre comercio, la de integración comercial; la vertiente de infraestructura; La vertiente energética que ha ganado mucha fuerza estos años; la vertiente de defensa, que, en realidad solo vino a materializarse un poco más tarde con la creación del Consejo de Defensa; y ahora tenemos el Consejo de Salud y otros que están desarrollándose. (2009, 17)

Assim, pode-se dizer que pela primeira vez um tratado jurídico entre esses países lançará as bases do sonho de Bolívar em linhas gerais. O papel político da Unasul já é realidade, e se expressou na crise boliviana prévia às eleições de Setembro de 2008, quando os presidentes dos respectivos países se reuniram para apoiar e promover a paz naquele território, bem como recentemente, para avaliar a crise do Paraguai e Venezuela após 2012.

Mas, se a Unasul não é um processo de integração tão avançado como o Mercosul, já em 2009 tinha um PIB próximo a US\$ 3 bilhões e uma população de 400 milhões de habitantes, com um comércio regional 600% maior do que em 2003. A própria crise internacional possibilitara reorientar partes das exportações dos países para dentro da América do Sul, e isso demonstrou o enorme potencial do mercado regional, bem como, os ganhos da integração que já se esboçam com a implementação da IIRSA e o Conselho de Defesa

---

<sup>3</sup>Segundo el sitio de Cosiplan, La conexión será hecha entre los países de Bolivia, Brasil, Chile, Paraguay y Perú. El territorio delimitado incorpora los departamentos de Arequipa, Moquegua, Puno y Tacna de Perú, las Regiones XV, I (Arica y Parinacota y Tarapacá, respectivamente) y la Provincia Loa de la II Región Antofagasta de Chile, los departamentos de Beni, La Paz, Oruro, Potosí, Tarija, Cochabamba, Chuquisaca y Santa Cruz de Bolivia, la República de Paraguay y los estados brasileños de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, San Pablo y Paraná.

Quanto à integração da América latina em seu conjunto, observa-se uma certa dificuldade a priori. Com base em Amorim (2009), isto é fruto dos processos de abertura econômica de parte dos países que compreendem a América Central bem como do próprio México. Estes estabeleceram acordos bilaterais efetuados com os Estados Unidos e a União Européia, o que em última instância é contraditório com a segunda etapa da formação de um bloco econômico, qual seja, a união aduaneira<sup>4</sup>.

Assim, eis a importância de:

...enfatar el nacimiento del Mercosul y su característica del arancel externo común y de unión aduanera porque tengo la convicción de que el Mercosur es el núcleo dinámico para la integración de América del Sur, con todo respecto a la Comunidad Andina, que como sabemos fue pionera en América Latina. El Pacto Andino fue un acto de valentía desde el punto de vista político, *pero desde el punto de vista práctico, el núcleo dinámico para la integración de América Latina está en el Mercosur porque fue el núcleo que creo mayor densidad*. Esta densidad está relacionada con el hecho de que no es tan solo un área de libre comercio sino que también una unión aduanera, sin hablar de otras características que se fueron desarrollando en el área social, política, con el Parlamento. Pero la unión aduanera es el verdadero cimiento del Mercosur. (Amorim, 2009, 12) (**Grifo nosso**)

Portanto, destacada a centralidade do Mercosul na concepção e estratégia para a integração latino-americana, resta saber se é possível a integração e o desenvolvimento no âmbito regional e sua irradiação para o sub-continente.

## **2 A AMÉRICA LATINA COMO REGIÃO INTEGRANTE DO SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA.**

Para compreender as possibilidades da integração e do desenvolvimento na América Latina e no Mercosul, se faz relevante perceber que estas regiões estão inseridas na economia-mundo capitalista. Isso significa que, para além das especificidades regionais, a dinâmica assumida em termos econômicos, jurídicos, políticos e sociais é a dinâmica vigente nos marcos do sistema-histórico existente desde o séc. XVI.

Conforme Wallerstein (2006, 129), até o Séc. XVI sempre existiram vários sistemas históricos onde a mercantilização e a comercialização, bem como o lucro, se fizeram presentes em determinado grau. Havia no âmbito destes sistemas históricos,

---

<sup>4</sup> As etapas de formação de um bloco econômico tem sido apresentadas como: em primeiro a liberalização comercial; a segunda etapa é união aduaneira; a terceira é a criação de um mercado e finalmente, o estabelecimento da união monetária com a criação de uma moeda única.

indivíduos e até mesmo grupos atuantes nesse sentido, todavia, as práticas voltadas à acumulação do capital não estavam ainda generalizadas, e sempre que essa possibilidade se fazia presente, os virtuosos na busca do lucro eram coibidos pela ação institucional da religião, militar ou política - a exemplo dos confiscos determinados pelo imperador ou soberano. Nesse sentido,

O confisco foi um indubitavelmente um dos mecanismos principais através do qual capitalistas foram impedidos de fazer prevalecer a prioridade da acumulação incessante de capital. É por isso que a institucionalização da ilegitimidade do confisco através do estabelecimento não apenas do direito à propriedade mas do "Estado de direito" foi uma condição necessária à construção do sistema histórico capitalista. (2002, 96)

Eis que surge o sistema-mundo moderno ou a economia-mundo capitalista no Séc. XVI, o qual traz em seu ventre a acumulação incessante de capital como as bases desse novo sistema histórico, abarcando geograficamente a Europa ocidental e inclusive parte das Américas.<sup>5</sup>

Note-se como a partir desse momento histórico, a reprodução e acumulação de capital nos marcos da Europa Ocidental passam a romper as barreiras ou pressões da religião, da força militar ou mesmo política que impossibilitavam a buscado do lucro de converter-se em racionalidade humana. É que nos sistemas históricos anteriores, segundo Wallerstein (2007) estas instituições consideravam irracionais e/ou imorais o lucro, e ademais, o capital, a força de trabalho, e as cadeias mercantis ainda não expressavam a mercantilização capitalista. Este rompimento de barreiras significava que a acumulação de capital convertia-se em uma nova racionalidade, a da produção da mais-valia, resultado da ação do homem moderno no processo de produção da riqueza material. Vale destacar que esse homem moderno compreende capitalistas e trabalhadores, sendo o primeiro proprietário dos meios de produção e o segundo vendedor da força de trabalho<sup>6</sup>. É o princípio da mercantilização dos processos sociais, em especial do processo de produção.

Mas se a mercantilização dos processos de produção vai se espalhando pelo economia-mundo, isso se dará com base nas longas cadeias mercantis, onde se

<sup>5</sup> Conforme Wallerstein (2002), a formação geográfica-histórica do sistema-mundo capitalista compreende três momentos: "O primeiro foi o período original de criação, entre 1450 e 1650, em que o sistema-mundo moderno passou a incluir fundamentalmente a maior parte da Europa (mas nem a Rússia nem o Império Otomano) e mais algumas partes das Américas. O segundo momento foi a grande expansão de 1750 a 1850, quando fundamentalmente o Império Russo, o Império Otomano, a Ásia Meridional e partes do sudoeste da Ásia, grandes parcelas da África Ocidental e o restante das Américas foram incorporadas. A terceira e última expansão ocorreu no período de 1850-1900, quando fundamentalmente a Ásia, mas também várias outras zonas da África, o restante do sudoeste asiático e a Oceania foram trazidos para dentro da divisão do trabalho. Naquele momento, a economia capitalista mundial tinha se tornado, pela primeira vez, verdadeiramente global. Ela se tornou o primeiro sistema histórico a incluir todo o globo em sua geografia" (2002, 92)

<sup>6</sup> "Tal sistema social histórico existe há pelo menos quatrocentos anos. Apesar disso, não se pode dizer que a força de trabalho realmente proletarizada na economia-mundo capitalista ultrapasse a metade do total." (2007, 22)



estabelecem relações entre compradores e vendedores de mercadorias intermediárias, ou seja, compradores de insumos e vendedores de produtos semi-acabados. Aqui, demandantes de insumos - em geral monopsonios - buscam comprar aos menores preços e se apropriar de parte da mais-valia apropriada pelos vendedores no processo de reprodução do capital. Por outro lado, os próprios vendedores, dependendo do *status* no âmbito da cadeia mercantil - a exemplo de oligopólios ou monopólios - poderão fazer o mesmo, ou seja, vender os insumos a preços mais elevados - em geral por não repassar aos preços os ganhos de produtividade - e com isso apropriar uma parte da mais-valia auferida pelo compradores.

Assim, através de Wallerstein (2007), verifica-se que no interior dessas cadeias mercantis opera uma divisão social do trabalho, uma especialização e hierarquização dos empreendimentos capitalistas envolvidos. Na medida em que essas cadeias tornaram-se cada vez mais amplas geograficamente, passaram a refletir diferenças espaciais em termos de especialização desses empreendimentos, e por isso hierarquizadas e funcionais ao desenvolvimento do sistema histórico capitalista. Visto de outro modo, observa-se que as cadeias mercantis estruturam-se *pari passu* a partir de uma divisão internacional do trabalho que opera nos marcos do capitalismo histórico e que conduz à troca desigual. A troca desigual expressa o poder que têm determinados grupos capitalistas no interior dessas cadeias mercantis para apropriarem-se de parte do lucro ou mais-valia através da comercialização de mercadorias entre as mais diversas empresas. Assim, é importante perceber que - considerada a exploração dos trabalhadores como regra no capitalismo - a orientação capitalista volta-se para o controle dos setores ou ramos produtivos mais importantes das diversas cadeias mercantis, em especial porque o *status* de monopólio ou oligopólio de determinado empreendimento capitalista permite colocar em operação o mecanismo da troca desigual com maior eficiência, ou seja, vender as mercadorias a um preço muito superior ao preço de mercado.

Portanto, se no interior das cadeias mercantis opera uma divisão do trabalho que é a base da transferência de lucro entre os empreendimentos capitalistas, de modo hierárquico, observa-se que os ramos mais importantes traduzem-se como espaços onde a acumulação do capital é maior em detrimento dos ramos menos importantes. São as chamadas - por Wallerstein (2007) - zonas central e periférica da cadeia mercantil. Todavia, tão logo essas cadeias de trocas se espalham para as mais diversas regiões da economia-mundo, amparadas na divisão internacional do trabalho, observa-se que os



setores ou ramos produtivos mais importantes ficam a cargo dos grupos capitalistas mais poderosos e, concentrar-se-ão, nas zonas economicamente mais relevantes do sistema-mundo moderno. É que o próprio sistema-mundo vai configurando-se historicamente em zonas centrais, semi-periféricas e periféricas, e com isso a transferência do excedente para além de operar no âmbito das cadeias mercantis, operará entre as próprias zonas que o conformam.

Nesse sentido, verifica-se com base em Wallerstein (2007), que na ânsia de controlar os principais setores econômicos no seio das cadeias de troca, os empresários capitalistas promoveram uma forte concorrência, a qual acabou por criar uma desproporção nos investimentos desses grandes grupos, ocasionando uma superprodução de mercadorias, a quebra de parte das empresas e consequentemente a centralização dos capitais.

Ademais, os capitalistas também buscam reduzir os custos, em especial os custos com a força de trabalho. Neste sentido, observa-se que parte dos empreendimentos capitalistas mais importantes no âmbito das cadeias produtivas são deslocados ou situados em regiões onde a força de trabalho é de fácil acesso e está disponível a um baixo preço para o detentor dos meios de produção. Todavia, essa tentativa de minimizar os custos da força de trabalho não se restringiu aos marcos de determinada cadeia mercantil. Tão logo a divisão do trabalho existente no espaço das cadeias de troca se expande para a economia-mundo capitalista, muitas atividades produtivas passaram a ser deslocadas com vistas à redução do dispêndio capitalista em força de trabalho. Portanto, segundo Wallerstein (2007), desde o princípio do século XVI houve a transferência de parte dos processos produtivos concentrados numa zona geográfico-econômica para outra, de acordo com o cálculo capitalista acerca dos custos da força de trabalho<sup>7</sup>. Assim,

Se, a esta análise acrescentarmos a observação de que as novas incorporações ao sistema capitalista tenderam a ocorrer em fases de estagnação da economia-mundo, torna-se claro que a expansão geográfica do sistema serviu para contrabalançar a queda nos lucros (provocada pelo aumento da proletarianização), através da incorporação de novas forças de trabalho destinadas a ser semiproletarizadas. (2007, 37)

---

<sup>7</sup> É importante observar que para Wallerstein, o aumento de unidades domiciliares proletárias nas zonas centrais, torna o custo da força de trabalho mais elevado, e isso por sua vez, acaba se refletindo na queda dos lucros auferidos pelos capitalistas. No caso das regiões periféricas e semi-periféricas, onde há o predomínio de unidades domiciliares semi-proletarizadas, o trabalho domiciliar dos membros familiares como jovens, mulheres e anciãos contribui para baixar o patamar salarial exigido do membro assalariado. Isso ocorre porque parte dos meios de subsistência consumidos pelo trabalhador e sua família são produzidos na própria unidade domiciliar, a exemplo de alguns cereais, carnes, leite e derivados, leguminosas e hortaliças.

Por outro lado, o deslocamento dos empreendimentos capitalistas não esteve sempre em função dos custos da força de trabalho. Há momentos em que se faz mais relevante aos capitalistas concentrarem seus empreendimentos em regiões onde os custos de transação são menores, ou seja, em regiões geograficamente favoráveis ao escoamento das mercadorias, ou mesmo com grandes mercados potenciais para a comercialização/venda. Note-se que para Wallerstein (1999), esses deslocamentos visando a minimização dos custos ocorre há pelo menos 500 anos. Assim sendo, o sistema histórico capitalista na medida em que se conforma e compreende a própria economia-mundo capitalista, a qual por sua vez é estruturada em uma zona central, uma zona semi-periférica e outra periférica, traz em si como um processo imanente, o movimento dos grandes grupos capitalistas por essas zonas. Esse movimento baseado nos dois principais custos capitalistas- o da força de trabalho e os custos de transação - tem correlação básica com os ciclos de Kondratieff observados na história da economia-mundo capitalista, onde "Nas fases A, predominam os custos de transações, e, nas fases B, predominam os custos de força de trabalho e verifica-se a fuga de fábricas" (XXXX, 229). Além disso, nas fases A - segundo Wallerstein (2003)- observa-se também o pleno emprego e a preponderância dos lucros oriundos do processo produtivo, bem como, o aperfeiçoamento das técnicas existentes; já nas fases B, observa o predomínio da especulação financeira como fonte dos lucros, as inovações produtivas e a necessidade de reduzir os custos da força de trabalho.

Portanto, o desenvolvimento histórico do sistema capitalista se processou pela integração geográfica dos processos produtivos, baseado numa divisão do trabalho nos marcos da economia mundial e de um sistema interestados. Se o sistema histórico capitalista é, como se viu, composto por zonas centrais, semi-periféricas e periféricas, isso nada mais é do que a expressão do desenvolvimento capitalista do próprio sistema em seu conjunto, o qual se processa de maneira distinta e desigual em cada uma das referidas zonas que compreendem a totalidade dos Estados nacionais, nos marcos de uma economia-mundo. Assim, o princípio do universalismo do lucro, e em especial da ética universal do trabalho, vão se mostrando cada vez mais necessários, e tão mais necessários quanto mais regiões são incorporadas no sistema histórico. O desenvolvimento econômico e a criação de empregos convertem-se em sinônimos de progresso, em objetivos a serem alcançados pelos Estados nacionais soberanos, a exemplo dos países centrais da economia-mundo capitalista.

Todavia, será possível o Mercosul e a América Latina se desenvolverem? Conforme Wallerstein, "É absolutamente impossível a América Latina se desenvolver, sejam quais forem as políticas governamentais, porque o que se desenvolve não são países. O que se desenvolve é somente a economia-mundo capitalista e essa economia-mundo é de natureza polarizadora" (1999, 223).

Note-se que, como se demonstrou acima, com o desenvolvimento histórico do capitalismo, as cadeias mercantis ultrapassaram os marcos da economia-mundo européia e estabeleceram-se no âmbito da economia mundial capitalista. Assim, o sistema histórico capitalista, na medida em que se expandiu e se expande, converte a divisão do trabalho em divisão internacional do trabalho. Os próprios Estados soberanos têm maior ou menor *status* em termos políticos e econômicos de acordo com o papel econômico exercido no âmbito dessa divisão internacional. Isso significa que, em termos da produção e reprodução do capital, não há a menor possibilidade de todos os Estados nacionais estarem inseridos na região central do sistema histórico, muito menos, terem processos homogêneos de reprodução do capital.

O acima exposto fica claro num estudo feito por Arrighi e Drangel em 1986, ocasião na qual buscaram identificar quais os países que compõem a zona central ou núcleo orgânico, a semi-periferia e a periferia no período que compreende 1938 à 1983. Assim, constata-se:

...descobrimos que 88 dos 93 países que respondem por 94% da população total, estavam, de 1975-1983, ainda nas ou dentro das fronteiras da zona na qual estavam localizados em 1938-1950.

No período como um todo, a "mobilidade" ascendente e descendente na hierarquia da riqueza da economia capitalista mundial foi realmente excepcional. Além do caso duvidoso da Líbia, as exceções foram dois casos de mobilidade ascendente da semi-periferia para o núcleo orgânico (Japão e Itália), um de transição da periferia para a semi-periferia (Coreia do Sul, à qual poder-se-ia acrescentar Taiwan, se houvesse dados disponíveis para os últimos anos) e um caso de mobilidade descendente, da semi-periferia para a periferia (Gana) (ARRIGHI, 1998, 223, 224).

Portanto, se as possibilidades de mobilidade dos Estados nacionais, em termos de riqueza, nos marcos do sistema histórico capitalista são excepcionais, isso apenas confirma as observações anteriormente expostas, quais sejam: é praticamente impossível a América Latina se desenvolver, porque o que se desenvolve é a economia-mundo capitalista como um todo. Note-se que comumente se atrela a noção de industrialização à do desenvolvimento, e se de fato os processos de industrialização das regiões periféricas e semi-periféricas do capitalismo se intensificaram após os anos 50, principalmente na América Latina, isso apenas demonstra a periferização das atividades

industriais, que foram, acima de tudo, estimuladas pelos ganhos econômicos e políticos para as classes dominantes dessas regiões, amplamente fortalecidas pelo aparato e políticas de industrialização elaborado pelas ditaduras militares. São exemplares os caso do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Venezuela, Panamá, México, Portugal e Espanha, Grécia e Turquia, assim com a antiga URSS, todos países semi-periféricos.

Segundo Arrighi (1996), as classes dominantes aceitaram e introduziram a industrialização nos marcos da divisão internacional do trabalho e, se os Estados nacionais da semi-periferia não alcançaram o *status* de Estados do núcleo orgânico nos anos que se seguiram, por outro lado, as classes proprietárias dos fatores terra e capital desses Estados semi-periféricos acabaram por acumular capitais e a desfrutar padrões de riqueza e consumo como as classes proprietárias do núcleo orgânico. Ademais, foi conveniente a transferência de empresas do núcleo orgânico - em especial depois da Segunda Guerra Mundial - porque os custos da força de trabalho aumentaram com as concessões aos trabalhadores dos EUA e Europa. Nesta direção, as questões geográficas, culturais e econômicas foram fundamentais na preferência dessa deslocalização industrial em direção à semi-periferia, tendo em conta a relevância da concentração das atividades industriais/comerciais nas grandes cidades e regiões mais importantes, a melhor capacitação profissional/educacional da força de trabalho e o potencial dos mercados consumidores da semi-periferia, ou seja, as vantagens comparativas da semi-periferia em relação à periferia.

Todavia, o fato relevante é que a industrialização não se ratificou como desenvolvimento apesar de sua proposta modernizadora. Permitiu na melhor das hipóteses, a incorporação de parte da força de trabalho disponível no campo nos processos de industrialização que se seguiram aos anos 50. Assim, dito movimento histórico privilegiou as classes proprietárias - nacionais e estrangeiras - ao terem acesso a uma força de trabalho barata e, simultaneamente, provocaram crises originadas pela tentativa de seguir o padrão de riqueza dos Estados do núcleo orgânico - Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Grã-Bretanha, Suécia e Japão, Austrália e Nova Zelândia - os quais ocupam as posições mais elevadas na hierarquia mundial da riqueza e do poder. Portanto, como sustenta Wallerstein (1999), é praticamente impossível a América Latina se desenvolver, pois o que se desenvolve não são países isoladamente, mas a economia-mundo capitalista como um todo.

### **3 A INTEGRAÇÃO NOS MARCOS DO MERCOSUL, DA UNASUL E DA CELAC: limites e possibilidades**

Souza (2012) coloca que já no princípio do século XIX com a independentização gradativa dos jovens países latinoamericanos - independentização acima de tudo política -, aparecerão as discussões acerca das possibilidades e necessidades de união dos países latino-americanos. Com Bolívar à frente do Congresso Anfictiônico de 1826 no Panamá, pela primeira vez o tema da integração na *latinoamericana* é pensado formalmente. Sucederam-se várias outras iniciativas acerca da proposta de integração, como o Congresso hispano-americano do Peru entre 1846-48; o Tratado Continental proposto pela Venezuela em 1856 com adesão de Chile, Peru, Equador, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, México e Paraguai; e o último grande congresso hispano-americano organizado pelo governo peruano entre 1864-65. Todavia, se estabelece uma disputa entre os EUA e a Inglaterra na partilha do solo latino-americano enquanto áreas de influência econômica e política. Mesmo com a crescente importância dos EUA no cenário internacional após 1870, que se materializara na expansão do capital financeiro e na necessidade da exportação de mercadorias e capitais amparadas na doutrina Monroe de 1823 - "América para os americanos" -, a maior área de influência do primeiro país nesse período histórico foi a América do Norte e a América Central. Já a Inglaterra manteve-se influente na política e na economia principalmente dos jovens países sul-americanos.

Veja-se que no período que compreende o início da segunda onda de integração entre 1914-45, as duas grandes guerras e a grande depressão dos anos 1930 permitiram aos países latinoamericanos a adoção do que se convencionou chamar de período substitutivo de importações, ocasião na qual os principais países implementaram políticas para substituir importações e resolver os problemas da restrição do balanço de pagamentos, focando na implantação da indústria de bens de capital, na indústria de bens intermediários e na indústria de consumo duráveis. O próprio surgimento da CEPAL contribuiu para uma discussão teórica e acadêmica nos marcos dessa estratégia em 1948, tendo a sua frente o economista Raul Prebisch que acreditava na importância de criar um mercado regional latinoamericano com especializações setoriais e baseadas em grandes e eficientes parques produtivos, com vistas a evitar a duplicação dos mesmos. Conforme Souza,

Partindo do diagnóstico de que a dependência externa e as estruturas internas arcaicas da América Latina eram responsáveis pelo

subdesenvolvimento, a Cepal propunha que a saída estava na industrialização.

Entre os meios para garantir a industrialização e o desenvolvimento econômico da região, a Cepal propugnou a realização de um projeto integracionista. O alargamento do mercado, com a criação de um mercado regional, ensejaria a instalação de plantas industriais maiores e mais eficientes, além de poder avançar para a indústria básica, como as de bens de capital e de bens intermediários. A integração seria, portanto, a condição para o desenvolvimento autônomo e endógeno da região. (2012, 97)

Veja-se que no período que compreende o início da segunda onda de integração 1914-45, as duas grandes guerras e a grande depressão dos anos 1930 permitiram aos países latinoamericanos a adoção do que se convencionou chamar de período substitutivo de importações, ocasião na qual os principais países implementaram políticas para substituir importações e resolver os problemas da restrição do balanço de pagamentos, focando na implantação da indústria de bens de capital, na indústria de bens intermediários e na indústria de consumo duráveis. O próprio surgimento da CEPAL contribuiu para uma discussão teórica e acadêmica nos marcos dessa estratégia em 1948, tendo a sua frente o economista Raul Prebisch que acreditava na importância de criar um mercado regional latinoamericano com especializações setoriais e baseadas em grandes e eficientes parques produtivos, com vistas a evitar a duplicação dos mesmos. Conforme Souza,

Partindo do diagnóstico de que a dependência externa e as estruturas internas arcaicas da América Latina eram responsáveis pelo subdesenvolvimento, a Cepal propunha que a saída estava na industrialização.

Entre os meios para garantir a industrialização e o desenvolvimento econômico da região, a Cepal propugnou a realização de um projeto integracionista. O alargamento do mercado, com a criação de um mercado regional, ensejaria a instalação de plantas industriais maiores e mais eficientes, além de poder avançar para a indústria básica, como as de bens de capital e de bens intermediários. A integração seria, portanto, a condição para o desenvolvimento autônomo e endógeno da região. (2012, 97)

Note-se que de acordo com Souza (2012), esses aportes da Cepal estimularam a criação da ODECA (Organização do Estados Centro-Americanos) em 1951, que posteriormente em 1960 veio a chamar-se MCCA (Mercado Comum Centro Americano) e em 1990 SICA (Sistema de Integração Centro-Americano). Com o propósito de pensar a integração nos marcos da América do Sul, em 1952, o pacto A.B.C. proposto por Perón, objetivava uma aproximação comercial com o Brasil e o Chile, mas foi através da criação do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano da Cepal que em 1960 se instituiu a ALALC (Associação Latino-Americana

de Livre Comércio) composta por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Peru e México. Assim, a ALALC vislumbrava a ampliação do comércio regional com eliminação gradual das barreiras até 1972.

Para Souza, eis que se Inicia a terceira onda de integração entre 69/70 e que vai até o final dos anos 90. Apesar depois da forte pressão econômica dos EUA - frente ao avanço do nacional-desenvolvimentismo iniciado na segunda metade dos anos 50 - que desde a criação da OEA em 1948 objetivava difundir a ideologia do desenvolvimento capitalista estadunidense, estabeleceu-se o Pacto Andino (Chile, Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela) criado em 1969 como um acordo sub-regional no âmbito da ALALC e composto por governos progressistas da época. Em 1975 foi proposto o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e finalmente em 1980 a ALALC se converteu em ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) visando estabelecer antes de tudo, uma zona de preferências tarifárias regionais entre os países. Mas, será mesmo a partir de 1991, que como coloca Amorin (2009) se implanta o que tem de mais avançado em termos de integração latino-americana: o MERCOSUL. Este, composto inicialmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, agregou posteriormente em 2012 a Venezuela, e foi fundamental na promoção da quarta onda de integração a partir de 1999, como destaca Souza.

De acordo com Souza (2012), como agrupamento econômico o mercosul era em 1995 o quarto maior bloco consumidor do mundo, atrás apenas do NAFTA, União Européia e Japão. o Brasil também aparecia como o maior beneficiário com a redução tarifária no espaço do mercosul, porque:

\*há uma divisão regional do trabalho em que o Brasil é o principal beneficiário: exporta principalmente produtos industriais e importa preferencialmente produtos primários;

\*o Brasil vem sendo crescentemente superavitário: seu superávit comercial em relação aos demais países do MERCOSUL subiu de U\$ 2,5 bilhões em 2004 para U\$ 6,8 bilhões em 2008. (2012, 109)

Percebe-se que a proposta de integração produtiva esboçada no início do MERCOSUL, acabou por focar-se mais no livre comércio até 1999. Com o início dos governos progressistas em 1999 na Venezuela, 2003 no Brasil e Argentina, 2005 na Bolívia e , tentou-se juntamente com a criação da UNASUL em 2008 e da CELAC em 2010, restabelecer os seguintes objetivos gerais: a cooperação deveria apontar para



Integração produtiva, integração de infraestrutura e energética, integração na área de segurança, integração social, política e cultural.

### **3.1 LIMITES EXTERNOS E INTERNOS DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA**

Para Souza (2008), o principal limite à integração sul-americana advém da ambição das grandes corporações estadunidenses em ocupar o mercado do continente. Frente à União Européia e ao estabelecimento da Zona do Euro, o governo estadunidense buscava fortalecer a sua influência na América para garantir os níveis de emprego em território estadunidense, bem como, contribuir para os negócios das grandes corporações que se viam limitadas na concorrência no âmbito europeu. Eis a importância da ALCA e a necessidade do fracasso do Mercosul, o que estimulou o governo Bush em 2004 a estabelecer o maior número de acordos bilaterais possíveis, o que se processou com 13 países.

Quanto aos limites internos, para Souza (2008) apresentam-se especialmente: a) conflitos entre os interesses empresariais dos distintos países do bloco, como Brasil e Argentina; b) A desigualdade nos níveis de desenvolvimento dos países da região. Exemplo disso foi o dilema do ano de 2003 entre Brasil e Argentina, quando os produtos da linha branca produzidos no Brasil haviam inundado a Argentina. Então, Néstor Kirchner constatando que as empresas argentinas tinham sofrido com a abertura comercial e os problemas cambiais em 2001, sobretaxara os produtos brasileiros. Mas, o governo Lula entendendo a fragilidade do país vizinho optou por não retaliar a decisão e manter o fortalecimento da integração.

Há que se observar que caso o eixo da integração se concentre apenas na via comercial, as empresas mais frágeis dos países menos desenvolvidos irão quebrar, o que se refletirá num aumento do desemprego, na diminuição do poder de compra e no aumento das desigualdades regionais. Esse exemplo pode ser ilustrado no caso da Petrobrás com o monopólio do petróleo e gás na Bolívia. Essa estatal brasileira detinha aproximadamente 20% do PIB boliviano em função da propriedade da empresa que explorava o gás e petróleo bolivianos. Assim, o governo Lula vendeu a propriedade para o Governo da Bolívia na tentativa de contribuir na redução das assimetrias regionais.

### **3.2 POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO NOS MARCOS DA CELAC**

A CELAC, criada em fevereiro de 2010 com a participação de 33 Estados, sobre a base do Grupo de Rio “forma parte de la ola de 'regionalismo pos-liberal' em Sudamérica, bajo la percepción de un relativo declive de la hegemonía de Estados Unidos y con el ascenso, en la mayoría de los países sudamericanos de gobiernos que rechazan la ortodoxia del consenso de Washington” (Bernal-Meza, 2013:15).

A grande potencialidade que tem a CELAC é que “... reúne por primera vez los países de América Latina y el Caribe em su propia organización política, sin la participación de los poderes centrales o de antiguas potencias coloniales (Martins, 2014:2). Veja-se que unida a essa virtude surge uma outra, de caráter identitário, intimamente ligado ao anterior: “La CELAC puede ser un instrumento de construcción identitario que tiene efectos políticos más allá de sus capacidades ejecutivas reales. (...) genera imágenes e identidades, a partir de las cuales se ordenan varios procesos de toma de decisión em América Latina y el Caribe.” (Bonilla y Álvarez, 2013:8). Seu papel, incipiente ainda, na prevenção de conflitos e interlocução frente a outros blocos - como o caso da União Europeia - e atores globais está a caminho do desenvolvimento, apesar das ameaças políticas atuais em torno do crescimento e do poder da direita latino-americana em vários países da região, que por sua vez, tem reavivado os ímpetus reacionários contra a inclusão social e o estabelecimento de políticas públicas progressistas.

Portanto, como se destacou acima, percebe-se que a América Latina em seu desafio de desenvolvimento não poderá ser analisada sem tomar-se em conta que o sub-continente está inserido nos marcos do sistema capitalista mundial. Por sua vez, todas as iniciativas de integração propostas na história latino-americana em momento algum estiveram desconectadas da lógica estabelecida no bojo do Sistema Histórico Capitalista. Essa afirmação se mostra ainda mais verdadeira se atentarmos para o fato de que o primeiro objetivo em todas as tentativas de integração depois dos anos 1950 diz respeito ao estabelecimento de uma área de livre comércio. Isto demonstra a influência que possuem os proprietários do capital no pensar as estratégias de integração, as quais obviamente visam a conquista de novos mercados para a exportação de mercadorias, e no tempo presente, a própria exportação de capitais. Não há dúvidas que o Mercosul é um dos espaços com maior dinamismo no conjuntos dos Blocos econômicos existentes na atualidade latino-americana, e por isso, a proposta de aprofundar a integração entre os Estados-parte que o configura segue 3 outros grandes objetivos a exemplo da Zona

do Euro: o estabelecimento efetivo de uma TEC - Tarifa Externa Comum -, a formação de um mercado comum e a efetivação de uma união monetária na região.

Mas estes objetivos visam melhorar as possibilidades de reprodução do chamado "fator capital", e por isso mesmo há que se destacar a presença de duas retóricas no bojo da proposta de integração: a livre mobilidade do fator trabalho e a eliminação gradual das assimetrias/disparidades regionais entre os países integrantes do Bloco. Veja-se que a concretização da livre mobilidade do chamado fator trabalho no âmbito geográfico dos Estados-nação - considerando-se solucionadas as questões jurídicas nesta esfera - é uma grande ilusão, pois qualquer trabalhador que queira deslocar-se para outro país do Bloco e vender sua força de trabalho - salvo nos setores intensivos em "mão-de-obra" de baixa qualificação - terá que ter o domínio de todas as linguas oficiais, escritas e faladas nos marcos desse Bloco, pois claro está que esse requisito é fundamental para que consiga se reproduzir vendendo a força de trabalho e suportar a concorrência no mercado de trabalho do país alvo do deslocamento.

Quanto à segunda retórica, essa se manifesta na medida em que se observa o próprio deslocamento do chamado "fator capital". Segundo Wallerstein (2009), os detentores da propriedade do capital têm observado a 500 anos os momentos decisivos em que a redução dos custos da força de trabalho e os custos de transação são fundamentais, visando com isso a maximização dos lucros. Isso implica que ao ser constatado a elevação dos custos da força de trabalho em determinada região de forma a comprometer a taxa de lucro dos capitalistas, os mesmos movimentar-se-ão em direção às regiões nas quais essa força de trabalho é mais barata e preferencialmente pouco sindicalizada, as chamadas regiões periféricas. Do mesmo modo, nos períodos em que o custo de transação é muito elevado superando os custos futuros da força de trabalho no caso de um deslocamento fabril, as unidades capitalistas se deslocam para os grandes centros comerciais e financeiros e/ou locais de fácil escoamento das mercadorias, onde a infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e portuária está bem estruturada. Constata-se desta forma, que a resolução das assimetrias ou disparidades regionais em termos econômicos - e seus desdobramentos no âmbito social -, apresentam-se como variáveis dependentes dos movimentos efetuados pelo capital.

Por isso, a livre mobilidade dos trabalhadores no processo de integração será sempre determinada pelas necessidades da reprodução capitalista, em especial pela dinâmica dos grandes grupos monopolistas e oligopolistas que se deslocam no território latino-americano.

### 3.3 ALGUNS CONCEITOS PARA REPENSAR A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE.

Finalmente, se propõem uma série de conceitos que se consideram valiosos para construir uma agenda de pesquisa e debate sobre estes processos. Em primeiro lugar se proporá alguns conceitos novos, assim como o resgate de conceitos historicamente já estudados.

O primeiro conceito que se propõe é o de **integração contra-hegemônica**. Se considera este conceito como chave, já que se pode afirmar que o caminho da integração funcionou em nossa região só quando foi feita sem a presença estaduunidense, mais ainda quando foi feita como uma visão anti-imperialista. É necessário reconhecer que o atual processo integrador não tem essa caraterística em todos os seus aspectos, mas o grande impulso das conquistas já realizadas vem da presença desse caráter contra-hegemônico.

O segundo conceito que se propõe é o de **transestatalidade**. Este conceito é, em parte, proposto como uma consequência da reflexão e da práxis política dos movimentos Indígenas na região, principalmente os andinos. Se refere à projeção do princípio de Plurinacionalidade para a análise da integração e das relações que transcendem as fronteiras estatais. O princípio de Plurinacionalidade sustenta que em um estado tem várias nações, contrariando a correspondência de “Um Estado, Uma Nação” que configurou o relato básico da implantação de nossos Estados-Nação. Ainda que só consagrado constitucionalmente em dois estados latino-americanos, tem potencialidade e justificação suficiente como para ser pensado para todos os estados da região. O conceito de transestatalidade, pensado desde a realidade indígena, apresenta dois aspectos em que os povos e nações indígenas transcendem os estados: o primeiro é pôr a preexistência dos povos indígenas aos estados ocidentalizados implantados na região (transestatalidade diacrônica); o segundo é que muitas nações indígenas existem em diversos estados simultaneamente (transestatalidade sincrônica). Esta análise pode-se estender -com as devidas adaptações- a outras situações fora do mundo indígena. Uma das vantagens que tem a utilização deste conceito é que permite transcender também um pensamento da integração restringido só aos Estados, para pensar numa integração dos povos. Uma consequência disso é a necessidade de repensar o conceito

de “Relações Internacionais” e do campo de estudos abrangido por esse tema. Não será melhor começar a falar de uma “Teoria das Relações Transestatais”, que poderia ser não só uma mudança de nomes senão também da orientação de uma disciplina que vem respondendo a moldes hegemônicos?

O terceiro conceito proposto é o de **soberania compartilhada**. Na utilização deste conceito se pretende resignificá-lo. É que o mesmo tem um uso hegemônico no contexto da globalização neoliberal, cujo sentido indica a necessidade dos países dependentes de abrir mão de suas políticas autônomas defendidas em nome das soberanias nacionais. Mas aqui tem um outro sentido: vai na linha de superar as travas à integração feitas desde um “nacionalismo enano” que cumpria com o desejo imperialista do “divide e reinarás”. Indicaria a necessidade de que, num clima de fraternidade e equidade, os países latino-americanos potenciessem sua autonomia agilizando planes, projetos, políticas públicas, instituições, gestões compartilhadas em múltiplos aspectos.

O quarto conceito que se propõe é o de **Sul político**. Este conceito está referenciado nos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos. Uma das virtudes da proposta de Santos é unir à proposta política a dimensão epistêmica. A outra é que abre o campo da integração regional contra-hegemônica para uma inserção que pode ser no mesmo sentido em quanto se olhe para o eixo Sul-Sul como alternativa e também, em certa forma, como oposição à uma integração subordinada unilateral com os centros hegemônicos atualmente predominantes, principalmente em torno aos Estados Unidos. O conceito deve ser conectado aos intentos precedentes: a Terceira Posição, o Terceiro Mundo e o Movimento dos Países Não-Alinhados (Dos Santos, 2011:207). Ligado a este conceito entra a iniciativa dos BRICS sobre todo sim os países integrantes conseguem a representação de suas respectivas regiões, o qual significa para a nossa que o Brasil tem que optar decididamente por uma liderança solidária em contraposição a qualquer tentação sub-imperialista (Martins, 2014). Aqui é fundamental o conceito de colonialidade trabalhado brilhantemente por Aníbal Quijano (2000) como situação comum que pode facilitar a reflexão e a construção de conhecimento solidário e com uma projeção alternativa à pretensão de universalidade que tem a conformação moderno-ocidental das nossas ciências hegemônicas. Faticamente, é um processo que, incipientemente, já está acontecendo (Dos Santos, 2011:209).

O quinto e último conceito - entre os mais novos - é o de **capitalismo mafioso**. Refere-se à predominância financeira do atual capitalismo que baseado na volatilidade e

na eliminação das regras de controle estatal do capital financeiro derivou em fazer da fuga de capitais e o lavado de dinheiro os negócios-chaves para os mega-enriquecimentos em curtíssimo tempo. O sobredimensionamento artificial do mundo financeiro e seus cardápios de derivativos, swaps, seguros, etc. sem freio de nenhum tipo quase é um fator primordial para condicionar as políticas econômicas dos países periféricos, tanto o mais importante que os organismos internacionais de crédito. Uma prova de isso é o caso argentino com os fundos abutres e o holdouts. Este tipo de capitalismo, ao favorecer a fuga de capitais e o lavado, favorece também -e se considera como o principal causante- do tema do narcotráfico, das transações artificiais que recorrem ao delito organizado -ou o organizam elas mesmas- para evitar qualquer obstáculo que se lhes interponha (Borón, 2001:39). O caso do agronegócio no Cone Sul está muito relacionado com isso, e isso explica seus níveis de violência com o campesinado e com as comunidades indígenas. Mais também, este tipo de capitalismo traz, uma enorme corrupção estatal principalmente no poder judiciário e nas forças de segurança. Os casos dos governos de Cartes em Paraguai e de Macri em Argentina merecem uma análise em esta linha. Sobre tudo porque este tipo de capitalismo tem a vontade e o poder para intentar destruir qualquer tipo de integração autônoma em América Latina. Isto faz pensar, também, que qualquer projeto de integração tem que encarar o tema financeiro inteligente mas decididamente. A parálise do projeto do Banco do Sul é preocupante, sobre tudo porque também obedece a fatores internos, quiçá principalmente do Brasil (Martins, 2014) e de interesses variados entre eles possivelmente os de os dirigentes do BNDES. A criação do Banco de Desenvolvimento na órbita dos BRICS pode ser um aporte-chave, ainda que não tem uma definição clara do seu perfil e suas dimensões.

Por outro lado como se antecipou acima, se considera importante também a retomada de alguns conceitos de longa história no debate latino-americano, mais hoje invisibilizados e com trocas em seu conteúdo. Se considera a recuperação do debate sobre estes conceitos fundamental para uma análise profunda e abrangente da problemática regional.

O primeiro de eles é o de **imperialismo**. Ele tem um silenciamento maior no mundo acadêmico que no mundo político, ainda que sua utilização neste âmbito é, muitas vezes desqualificada como perimida. O conceito foi trabalhado fortemente por vertentes do marxismo, do dependentismo e do pensamento ligado ao colonialismo interno. Mais também esteve presente em outras tendências. Mas hoje oscila entre ser

desqualificado e ser invisibilizado. Amin (2001) sustenta que o uso do conceito de mundialização y/o globalização busca naturalizar o que é a lógica imperialista do capital atual e que a mundialização capitalista é um sinônimo de imperialismo. Ter em conta isto ajuda para a análise da integração neste contexto. Uma das virtualidades de este tema es poder analisar mais aprofundadamente uma das tendencias mais perigosas que podem arruinar a integração latino-americana y é a da possibilidade do sub-imperialismo brasileiro, fortemente vigente no pensamento da burguesia e de todo o espectro oligárquico do país (militar, acadêmico, de setores diplomáticos, de elites políticas). Ninguém admitiria isso para si mesmo mas é uma forte e dolorosa realidade e um perigo latente que afeitaria gravissimamente o processo da integração regional (Martins, 2014:3).

Um segundo conceito que se entende importante recuperar é o de **libertação**. Emblematizado desde os aportes, principalmente, da Teologia e da Filosofia da Libertação, ainda não se fez plenamente o trabalho de tradução de estes aportes à análise social, político e econômico. O conceito tem a enorme virtualidade de disputar o sentido da liberdade, emblema neoliberal que desumaniza e oligarquiza o conceito ao assimilá-lo à suposta liberdade de mercado e cuja “defesa” justifica imensas violações às liberdades das maiorias populares.

Um terceiro conceito do qual é importante retomar o debate, utilizado sim ainda mas num sentido confuso e o de **burguesia nacional**. O conceito é chave para a análise da integração regional porque ainda propondo uma versão do desenvolvimentismo autônomo e com um viés social, muita gente segue pensando numa burguesia nacional existente na década do 1940/1950 a qual supostamente tinha interesse no desenvolvimento dos países e estava ligada à capacidade popular de consumo. Embaixo de esse suposto era uma possível aliada de projetos de independência econômica. Mas indubitavelmente a burguesia mudou. Na etapa desenvolvimentista da entrada determinante das multinacionais (segunda metade dos cinquenta e década do sessenta) aprofundou um processo de transnacionalização (Fernandes, 2004:448) que terminou sendo “terminal” na era neoliberal. A mais de isto, a burguesia também se diversificou e hoje é muito difícil distinguir “rubros” entre os grandes empresários, já que o mundo industrial, financeiro, agroexportador, minerador, estão muito entrelaçados constituindo parte fundamental do que Basualdo (2008:39) chama “oligarquia diversificada”. A dificuldade é que nas iniciativas de integração o caráter de sujeito chave está ligado a essa suposta “Burguesia Nacional”. Claramente no IIRSA, fortemente no Mercosul e na



Unasul, por falar só de algumas das iniciativas. As contradições profundas que isso traz para o caráter popular e autônomo da integração são gravíssimas e não tem sido suficientemente abordadas em toda a crudeza da sua realidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se pode dizer que o processo de integração regional na América Latina - apresentado por Nilson Souza como as quatro grandes ondas - tem avançado consideravelmente nos últimos quarenta anos, mas principalmente foi enriquecido tanto na sua dimensão institucional como nos intercâmbios concretos - de distinto tipo - a partir da chegada ao poder dos governos chamados populares o progressistas. Esse enriquecimento foi feito também na qualidade das ideias debatidas e na tomada de consciência da importância do processo por boa parte das populações dos países participantes. Entre estes debates se destaca o debate sobre o desenvolvimento.

Neste sentido se apontam uma série de problemáticas que exigem um aprofundamento e continuidade. Entre elas se faz relevante observar o que coloca Wallerstein acerca do desenvolvimento inserido nos parâmetros capitalistas, o qual se decide fundamentalmente no âmbito do Sistema-Mundo. Pode-se dizer que o processo integrador latino-americano, apesar das constantes iniciativas na busca da autonomia e avanços sociais em vários de seus países, não ultrapassou estes parâmetros em nenhum aspecto decisivo, o que indica que um sonho radical de desenvolvimento autônomo nos marcos capitalistas é um tema controvertido. Isto, nos obriga a olhar para outros modelos superadores do atual paradigma do desenvolvimento.

Buscando-se enriquecer e aprofundar o debate, é que se propôs acima uma série de conceitos que poderão servir no âmbito, e que devem ser retomados tanto na pesquisa e discussão acadêmica como nos marcos do debate político sobre a integração.

Se evidencia também, na contemporaneidade, o avanço político das forças neoliberais em uma série de países. Até agora, o processo integrador soube caminhar pragmaticamente integrando distintas visões, mas em um cenário variado onde os governos populares predominavam nos debates. Todavia, uma forte presença neoliberal nos países com peso histórico no processo de integração, poderá mudar o cenário. Esse é um outro tema que merece uma análise contínua e aprofundada.

Finalmente, o resgate da autonomia *latinoamericana* em termos políticos,

econômicos e sociais, sempre que se manifestou, revelou-se como fundamental no processo integrador, e como exemplo disso podemos citar a rejeição do ALCA em 2005. Por isso, entende-se que o desenvolvimento econômico e a integração fazem parte do pensar autônomo do sub-continente, e esse pensar deve priorizar as demandas populares acima de qualquer iniciativa capitalista. Torna-se necessário priorizar a racionalidade na produção da vida, e relegar a um segundo plano a racionalidade da produção do lucro.

## Referências

AMIM, S. Capitalismo, imperialismo, mundialización. En Seoane, José y Emilio Taddei (Comp.), *Resistencias mundiales (De Seattle a Porto Alegre)*, Buenos Aires: CLACSO, pp. 15-30, 2001.

ARRIGUI, G. "A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação da semi-periferia". In: A ilusão do desenvolvimento. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Zero à Esquerda). pp. 207-252

ARRIGUI, G. O longo século XX. São Paulo: UNESP, 1996.

BASUALDO, E. El agro pampeano: sustento económico y social del actual conflicto en la Argentina. *Cuadernos del CENDES*, año 25, núm. 68, tercera época, mayo-agosto, pp. 29-54, 2008.

CARVALHO, W. R. As possibilidades do desenvolvimento econômico num país de capitalismo dependente. In: CLARA, A C et al. América Latina: olhares e perspectivas. Florianópolis, SC: Insular Editora, 2015.

SOUZA, N. A. O projeto de integração dos EUA e a América do Sul. in: SILVA, Luisa M. A. et al. Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2008.

Bernal-Meza, R. Modelos o esquemas de integración y cooperación em curso em América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. *Ibero-Online.de*, num.12, junio, Berlín: Ibero-Amerikanisches Institut, pp. 3-22, 2013.

Bonilla, A. Isabel Á. La Diplomacia de Cumbres frente al contexto internacional del nuevo multilateralismo político latinoamericano y del Caribe. En Bonilla, Adrián e Isabel Álvarez (edit.), *Desafíos estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica*. FLACSO: San José de Costa Rica, pp. 7-14, 2013.

Borón, A. El Nuevo Orden Imperial y cómo desmontarlo. En Seoane, José y Emilio Taddei (Comp.), *Resistencias mundiales (De Seattle a Porto Alegre)*, Buenos Aires: CLACSO, pp. 31-62, 2001.

Cervo, A. L. Os objetivos da Política Exterior de Lula. *Meridiano. Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, num. 47, junho, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, pp. 2-5, 2004

Dos Santos, T. Globalización, el futuro del capitalismo y las potencias emergentes. *Revista BCV*, Vol. XXV, Nro. 1, Caracas: Banco Central de Venezuela, pp. 195-212, 2011.

Fernandes, F. A sociedade escravista no Brasil. En Ianni, Octávio (org.), *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Martins, C. E. La integración regional em América Latina y sus desafíos contemporáneos. *Cuadernos del pensamiento crítico latinoamericano*. Num. 12, mayo, Buenos Aires: CLACSO, pp. 1-4, 2014.

SOUZA, N. A. América Latina: as ondas da integração. *Rev. Oikos*, Rio de Janeiro. v 11 n.1, p 87-126, mar de 2012.

SOUZA, N. A. O projeto de integração dos EUA e a América do Sul. in: SILVA, Luisa M. A. et al *Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana*. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2008.

WALLERSTEIN, I .Estados? Soberanias? O dilema dos capitalistas numa era de transição. O fim do mundo como concebemos . Rio de Janeiro: Renavan, 2002. pp. 91-109.

WALLERSTEIN, I. O desenvolvimento: uma estrela polar ou uma ilusão. In: *Impensar a Ciência Social: Os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006. pp. 123-145.

WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico" In: *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007. pp 9-94.

WALLERSTEIN, I. "A reestruturação capitalista e o sistema-mundo". In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Globalização excludente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

WALLERSTEIN, I. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. In: *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo. Xamã, 2003. pp. 71-92